



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

1

GABINETE DO PREFEITO

*Revisada
Lei 4204/06*

LEI Nº 3.647

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR POR DOAÇÃO, À EMPRESA "TRANSAÇO USINAGEM DE PEÇAS LTDA.", ÁREA DE TERRENO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:-

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos do artigo 110, inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim, a alienar por doação, à empresa "TRANSAÇO USINAGEM DE PEÇAS LTDA.", sociedade por quotas de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ sob nº 51.010.775/0001-89, sediada à Rua João Finazzi, 98, Centro, Mogi Mirim/SP, com contrato social devidamente formalizado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, uma área de terreno, de propriedade do Município localizada à Avenida Rainha, Quadra G, Distrito Industrial José Marangoni, contendo as seguintes medidas, divisas e confrontações:

"DA ÁREA - "Mede 12,70 metros de frente para a Avenida Rainha e de quem olha da rua; o lado direito confronta com empresa Lima; Ind. e Com. de Móveis Ltda., medindo 173,00 metros; daí deflete à esquerda, confrontando com a empresa Stiloço, nos fundos, e mede 43,00 metros; novamente deflete à esquerda, confronta com a empresa Cortag Ind. e Com. Ltda., medindo 101,00 metros; deflete à esquerda, confrontando com área do Município, medindo 32,34 metros; finalmente deflete à direita medindo 71,40 metros, confrontando com terreno do Município, encerrando uma área de 5.267,23 metros quadrados."

Art. 2º - Obriga-se a empresa donatária a construir o prédio no terreno doado, com início das obras e serviços dentro do prazo de 6 (seis) meses e a concluí-las, já para o pleno funcionamento da empresa, em 2 (dois) anos, contados num e noutro, da publicação da presente Lei, sob pena de reintegração do imóvel e benfeitorias ao patrimônio do Município, sem qualquer direito indenizatório ou de retenção pelas benfeitorias nele introduzidas.

Art. 3º - A escritura definitiva do imóvel só será outorgada à donatária, uma vez cumpridas as exigências constantes na presente Lei e estando a empresa em pleno funcionamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

2

GABINETE DO PREFEITO

Art. 4º - São extensivos à donatária os encargos e benefícios contidos na Lei Municipal nº 747, de 05 de outubro de 1.970 e alterações subsequentes.

Art. 5º - A alienação do imóvel pela donatária, a qualquer título, dependerá de autorização legislativa.

Art. 6º - As despesas cartorárias decorrentes da transferência do imóvel correrão à conta da empresa donatária.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, 16 de maio de 2 002.


DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal